

*Intelectuais conservadores e autoritarismo: a construção da memória dos heróis da Nação e a simbologia do patriotismo na Revista da Academia Brasileira de Letras (ABL) durante a ditadura militar brasileira*

Diogo Cunha

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

ABSTRACT

---

This article presents the result of a research on the Brazilian Academy of Letters (ABL) during the military dictatorship. It aims to analyse to what extent this supposedly apolitical institution served as an instance of legitimation for the regime. The article examines the way the “immortals” sought to build a memory of the “heroes of the Nation”. In doing so, they extolled important values to the regime as civility and patriotism. The option for this perspective allowed to restore the complexity and ambiguity of the relations between the ABL and the regime established in Brazil in 1964.

**Keywords:** Military regime; Brazilian Academy of Letters; Conservative Intellectuals; Civic Culture; Patriotism.

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre a ABL durante a ditadura militar cuja questão central consistiu em analisar em que medida esta instituição, supostamente apolítica, serviu como uma instância de legitimação para o regime. Neste texto, voltamos nossa atenção para a maneira como os “imortais” procuraram construir uma memória dos “heróis da Nação”. Ao fazê-lo, eles enalteciam valores caros ao regime como o civismo e o patriotismo. A opção por essa perspectiva permitiu restituir a complexidade e a ambiguidade das relações entre a ABL e o regime que se instaurou no Brasil em 1964.

**Palavras-chaves:** Regime militar; Academia Brasileira de Letras; Intelectuais Conservadores; Civismo; Patriotismo.

## Introdução

No dia 20 de julho de 1979 João Batista Figueiredo, último presidente da República sob o regime militar, recentemente investido nessa função, foi para a Academia Brasileira de Letras (ABL) para participar da inauguração do Centro Cultural do Brasil. Trata-se de um edifício de 29 andares situado ao lado do *Petit Trianon*, sede da ABL. Ele fora construído graças ao apoio decisivo dos militares: o terreno fora doado por Médici, enquanto o financiamento para a construção fora conseguido graças a Geisel<sup>1</sup>. Uma parte das salas desse edifício estava destinada a acolher as dependências da Casa de Machado de Assis, como a instituição também é conhecida, enquanto as outras seriam alugadas com o objetivo de trazer rendimentos para a instituição. O novo presidente continuava a levar a cabo a política de abertura iniciada pelo seu predecessor: o Ato Institucional nº 5 (AI-5) fora revogado seis meses antes e a Lei de Anistia seria votada em breve pelo Congresso Nacional. Ao longo dessa semana de julho de 1979, o governo discutia com a oposição a supressão da nomeação direta de uma parte dos senadores pelo presidente da República – senadores conhecidos sob a depreciativa etiqueta de “biônicos” – assim como a revogação da Lei Falcão<sup>2</sup>. Os militares começavam a sair de cena.

Às 20h55 o presidente da República chegava no *Petit Trianon*. Os generais Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, seus predecessores, já se encontravam no local. Austregésilo de Athayde, presidente da ABL desde 1959, acompanhado de um grupo de acadêmicos, acolhia os ilustres visitantes. “Você está re florido”, disse Athayde a Geisel (Jornal do Brasil, 1979, p. 4). “É que eu me desintoxiquei”, lhe respondeu o general, brincando sobre sua nova vida em Teresópolis (*ibidem*). No *hall* de entrada, uma primeira cena insólita: a efígie do ex-presidente Juscelino Kubitschek figurava ao lado das de Castelo Branco e de Geisel<sup>3</sup>. O anfitrião e seus convidados seguiram então para o Salão Nobre, uma grande sala onde foram ovacionados pela plateia. A cerimônia de inauguração, presidida pelo próprio Figueiredo, começou às 21 horas. A mesa estava composta, nesta ordem, por Alceu Amoroso Lima, Ernesto Geisel, Chagas Freitas, Figueiredo, Austregésilo de Athayde, Dom Eugênio Sales, Emílio Médici e Eduardo Portella. O segundo momento insólito da noite foi menos a composição da mesa onde Alceu Amoroso Lima – um dos maiores opositores do regime – estava sentado ao lado de Ernesto

<sup>1</sup> Para um estudo detalhado dessa doação ver Cunha (2017).

<sup>2</sup> A lei nº 6.339 foi decretada no dia 1º de julho de 1976 pelo ministro da Justiça Armando Falcão, dois anos após a esmagadora derrota sofrida pelo regime nas eleições para o Senado de 1974. Essa lei proibia aos candidatos fazer campanha e permitia unicamente a leitura de seus currículos no rádio e, na televisão, a exibição dos mesmos além da foto do candidato.

<sup>3</sup> Essas efígies eram uma homenagem aos quatro presidentes que tinham contribuído na construção do Centro Cultural do Brasil.

Geisel, do que o discurso do acadêmico:

Durante a ocupação de Paris por tropas alemãs, um acadêmico francês se dirigia para a sua academia quando um soldado invasor lhe perguntou que edifício era aquele, no que ele respondeu: 'é a casa da liberdade'. Queremos ser a casa da liberdade. Quando a 20 de julho de 1897 era inaugurada esta Academia, o país tinha mudado recentemente de regime político, de Império para a República [...] O primeiro dever de uma Academia de Letras é defender o passado, a dignidade das letras, da cultura como um todo; é a defesa dos valores sem preço, da liberdade criativa e através dela, da distribuição da Justiça. A Academia, longe de ser inimiga da liberdade, deve ser freio da Censura, contra as ditaduras estéticas e políticas: deve ser a casa da liberdade (*ibidem*).

Esse episódio não tem nada de anódino. Pelo contrário, ele ilustra de maneira exemplar as relações entre a ditadura militar (1964-1979) e a sociedade, por um lado, e o início da construção de uma memória desse passado, por outro. Como se sabe, indivíduos, associações, instituições e grupos sociais tiveram que se acomodar, em graus variados, com o regime instaurado em 1964, e as relações que eles mantiveram com este último foram marcadas pela ambiguidade. Na segunda metade dos anos 1970, a sociedade se deslocou progressivamente em direção à oposição ao regime e começou a construir uma memória desses anos, memória estruturada em torno do mito da resistência: segundo esse mito, a sociedade teria, desde o início, resistido à ditadura. O discurso de Alceu Amoroso Lima revela ao mesmo tempo essa ambiguidade e essa memória em construção: em 1979, a "Casa da Liberdade" inaugurava um Centro Cultural construído graças ao apoio decisivo da mais longa ditadura que o Brasil já teve.

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre a ABL durante a ditadura militar cuja questão central se refere à maneira pela qual a instituição, bem como os "imortais", atravessaram esses anos. Em que medida a ABL, uma instituição supostamente apolítica, serviu como uma instância de legitimação para a ditadura militar? Neste artigo, optamos por um recorte bastante preciso e voltamos nossa atenção para um dos aspectos da instituição que pode parecer o mais trivial em termos políticos: o seu cotidiano. A opção por essa perspectiva, em detrimento de colaborações individuais mais "evidentes" permite restituir a complexidade e a ambiguidade das relações entre a instituição fundada por Machado de Assis e o regime que se instaurou no Brasil em 1964. Analisamos, especificamente, como os "imortais" procuraram construir uma memória dos "heróis da Nação" e, ao fazê-lo, enalteciam valores caros ao regime militar como o civismo e o patriotismo. Argumentamos que havia uma "harmonia preestabelecida" entre a ABL e a ditadura militar que fez da instituição criada por Machado de Assis uma instância de legitimação para este último.

## 1. A Academia Brasileira de Letras e a questão do “apolitismo”

A ideia de criar uma academia de letras foi aventada pela primeira vez no Brasil em 1889 pelo jornalista Medeiros e Albuquerque, então diretor geral da Instrução Pública. Contudo, o clima de instabilidade política que se seguiu à proclamação da República o obrigou a abandonar o projeto. Em 1896, uma nova tentativa foi feita pelo poeta e ministro do Supremo Tribunal Federal Lúcio de Mendonça que, apesar do apoio do meio literário, não conseguiu convencer as autoridades. Foi necessário, portanto, esperar até 1897 para que um grupo de escritores que frequentava a redação da *Revista Brasileira*<sup>4</sup> decidisse retomar o projeto e fundar, sem qualquer apoio oficial, a ABL. Durante muito tempo a criação dessa instituição foi vista como uma consequência da decepção dos intelectuais com os acontecimentos que ocorreram após a proclamação da República em 1889. Segundo essa interpretação, a instabilidade, o militarismo e a violência teriam levado os intelectuais a se afastar da política e a se refugiar em uma “torre de marfim”. Entretanto, Angela de Castro Gomes mostrou que a criação da ABL estava antes ligada à tentativa de rearticular o campo intelectual sobre novas bases, afastadas dos engajamentos políticos e culturais das décadas de 1870 e 1880 (Gomes, 1996, p. 48). Para os responsáveis pelo projeto, tratava-se de fundar uma associação nos moldes das academias de letras europeias, tendo como objetivo a profissionalização do escritor. Ao longo do século XIX, a ABL e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram os lugares de sociabilidade e de consagração intelectual mais importantes do país. Eles conservaram esse status durante a ditadura militar, apesar de as transformações que se seguiram à Revolução de 1930 e ao surgimento dos intelectuais universitários nos anos 1960 e 1970 terem, em parte, enfraquecido esse prestígio.

É difícil, nos dias de hoje, mensurar a importância que a ABL teve desde o final do século XIX até meados do século XX enquanto lugar de consagração e *locus* de sociabilidade das elites culturais e políticas conservadoras. O fato é que a instituição tem um papel na história intelectual brasileira que não pode ser negligenciado. Durante a ditadura militar ela integrava o que chamamos de uma “estrutura cultura conservadora” formada, além da ABL, pelo IHGB e o Conselho Federal de Cultura (CFC) (Cunha, 2017). Essas instituições, e os intelectuais que por elas circulavam, formavam uma parte do campo intelectual brasileiro nas décadas de 1960 e 1970.

É importante destacar que ao longo da sua história a ABL desenvolveu uma

---

<sup>4</sup> A *Revista Brasileira* foi criada em 1895 pelo célebre crítico literário José Veríssimo (1857-1916). Dedicada às letras, às ciências e às artes, sua redação foi um lugar de sociabilidade intelectual de primeiro plano na passagem do século XIX para o XX.

série de “regras de conduta” a serem seguidas pelo conjunto dos acadêmicos, mas também atributos que se espera ser os da ABL e de seus membros. A antropóloga Valéria Torres da Costa e Silva analisou essas regras e, através delas, definiu o *ethos* e o *eidos* da instituição no sentido empregado por Gregory Bateson e Clifford Geertz – este último preferindo a expressão “visão de mundo” antes que a de “eidos”. Enquanto a “visão de mundo” fornece um conjunto de referências orientando a interação dos atores, o *ethos* faria referência a disposições afetivas. Em outras palavras, eles orientariam os comportamentos e atitudes apropriadas a certas situações, assim como aquelas inadequadas e indesejáveis (Costa e Silva, 1999, p. 16). Desde de seus primeiros anos, a ABL elaborou progressivamente esse *ethos* ou *visão de mundo* que é importante examinarmos para melhor entender esse universo acadêmico e como a política pôde operar nessa instituição oficialmente “apolítica”.

Sendo a ABL o lugar por excelência da conservação das tradições, a primeira característica é a preservação da memória e dos valores da cultura nacional – no que diz respeito à pessoas, obras, estilos ou realizações (Costa e Silva, 1999, p. 18). As atas das sessões semanais mostram que uma parte importante das atividades dos acadêmicos consiste em lembrar e homenagear aqueles que eles consideram como os “grandes homens”, representativos da “cultura nacional”, sejam eles acadêmicos ou não. A ABL, através dos seus membros, assume o papel de protetora da memória e da identidade nacionais. Os efeitos políticos desse atributo são consideráveis. Além do mais, a missão de preservação da memória dá à ideia de imortalidade um sentido menos abstrato na medida em que os acadêmicos sabem que, ao menos no âmbito da instituição, seus nomes serão eternamente lembrados (*ibidem*).

A segunda característica identificada por Costa e Silva é a que ela define como “capacidade de se modernizar” (*ibidem*). Ou seja, se por um lado, a ABL procura ser a guardiã da tradição, ela afirma, por outro lado, ser igualmente aberta a valores emergentes e a novas formas culturais. Não poderia ser de outra maneira na medida em que a instituição está comprometida com a “construção nacional”, um processo sempre inacabado. Essa “capacidade de se modernizar” pode ser ilustrada pela entrada dos principais nomes do modernismo depois da querela entre estes últimos – conduzida por Graça Aranha – e os acadêmicos “passadistas” em 1924. O terceiro ponto seria a pluralidade. Existe um consenso entre os acadêmicos segundo o qual a ABL deve estar aberta às diversas correntes literárias e às diferentes “expressões” da “cultura nacional” (Costa e Silva, 1999, p. 21). Corolário dessa pluralidade, a preferência por intelectuais “tradicionais” que supostamente incarnam os diferentes valores da “cultura brasileira” e com reputação de serem “admiradores das letras”, independentemente de suas profissões. Dito isso, é importante matizar essa ideia de pluralidade. Com efeito, a

instituição acolheu personalidades diversas em vários aspectos: profissão, escola literária, geração, engajamento político. Associada à pluralidade, os acadêmicos defendem a tolerância – política, ideológica, literária – condição de uma boa convivência. Embora isso possa parecer paradoxal na medida em que se espera da ABL que ela imponha uma certa concepção da cultura brasileira, os acadêmicos afirmam respeitar “outras tradições da cultura” (Costa e Silva, 1999, p. 25). Assim como a pluralidade, a pretendida “tolerância acadêmica” deve ser matizada: não é um valor muito presente nos artigos que os acadêmicos escreviam para os jornais ou nas conferências que eles davam, ao menos durante a ditadura militar; o que constatamos, nas fontes examinadas, é a defesa de uma cultura “autêntica” frequentemente apresentada como ameaçada pelo comunismo.

A “cultura do espírito” é outro traço característico da identidade da ABL (Costa e Silva, 1999, p. 28). Não é necessário aprofundarmos esse ponto, pois ele faz referência à ideia já mencionada de uma valorização das pessoas consideradas “cultivadas”, independentemente do domínio profissional e do fato de ter uma produção intelectual significativa e reconhecida. Os três outros elementos que guiam um certo *modus vivendi* na ABL estão estreitamente ligados: o ritualismo, as formalidades e a cordialidade. Enquanto o ritual deve atualizar de forma permanente a tradição, a formalidade faz referência a um certo tipo de comportamento considerado “elegante”. Se a instituição permanece aberta às diversas tradições literárias, ela é muito mais reticente a acolher personalidades cujo comportamento não entrariam nas normas da “boa sociedade” (Costa e Silva, 1999, p. 29). Os casos mais célebres – e frequentemente citados – são os de Emílio de Meneses e de Lima Barreto. O primeiro era um poeta cujo lado boêmio o afastou da instituição enquanto o segundo, um dos maiores romancistas brasileiros do início do século XX, vítima de alcoolismo e, no final de sua vida, de insanidade mental, teve sua entrada na ABL várias vezes recusada. Finalmente, a cordialidade deve ser compreendida no sentido de uma certa afeição recíproca entre os acadêmicos com o objetivo de tornar a coabitação mais agradável. Embora saibamos que nem sempre é o caso, espera-se que eles sejam amigos. As cédulas de votação são queimadas após cada eleição para simbolizar a ausência de divergências (Costa e Silva, 1999, p. 32).

As três características seguintes estão também ligadas: o individualismo, seguido do elitismo e finalmente uma forte tendência à auto-veneração. O primeiro passa a ideia de uma individualidade adquirida graças a um talento excepcional, indispensável para se tornar um “imortal”, pois espera-se que a ABL acolha homens e mulheres excepcionais. Como se sabe, não é sempre o caso, mas, em geral, alguém que se torna acadêmico já adquiriu uma consagração anterior, qualquer que seja a área de atuação. O fato é que o caráter de excepcionalidade dos seus membros dá prestígio à instituição, e o contrário também é verdadeiro quando uma personalidade “menor” é eleita. Nesse caso, é a ABL que transfere

uma certa legitimidade ao novo “imortal”. O caráter “excepcional” dos acadêmicos implica um elitismo que não é considerado de forma pejorativa. Por sinal, esse elitismo é algo evidente, pois eles são apenas quarenta eleitos que se reconhecem enquanto uma elite intelectual extremamente restrita (Costa e Silva, 1999, p. 35). A auto-veneração, por sua vez, é também um elemento presente no cotidiano da instituição (Costa e Silva, 1999, p. 37).

O apolitismo, finalmente, é um dos elementos mais importante e mais complexo da instituição, por isso seu tratamento à parte. Vimos que, já no momento da sua fundação Machado de Assis dizia em seu discurso inaugural que ela devia ser uma “torre de marfim”: a ABL defende o afastamento da política. Esse apolitismo tornou-se, portanto, uma obrigação, fazendo da política um tabu que os acadêmicos tentaram respeitar. Isso não é uma especificidade da ABL: é assim nos modelos tradicionais das academias de letras. Como disse Daniel Roche, procurar a política em uma academia pode parecer paradoxal pois, como todo mundo sabe, ela não deve ultrapassar suas portas (Roche, 1988, p. 159). Mas a questão da sua ação e da sua “inocência política” pode ser colocada em outros termos. Embora analisando as academias francesas do século XVIII, o historiador francês trouxe contribuições incontornáveis para o estudo de outras academias de letras, independentemente do período histórico. É preciso examinar, segundo ele, como a política é reintroduzida no cenáculo da instituição, *menos pela reflexão do que pelos hábitos e pelas maneiras* (Roche, 1988, p. 160)<sup>5</sup>.

Se não houve discursos, do alto da tribuna acadêmica, a favor ou contra o regime militar brasileiro – e ninguém que conhece a instituição pode achar que isso ocorreria – houve visitas, doações feitas pelo regime e a valorização de uma certa memória e de uma concepção política da cultura brasileira. Não poderíamos estar mais de acordo com Roche quando ele afirma que a exclusão do político significa definir se não uma política real, ao menos uma ideologia da coisa pública. No caso da época moderna, essa ideologia determinava de alguma forma os princípios da ação do Estado e o conformismo indispensável a uma sociedade de ordens (Roche, 1988, p. 161). Se antes da Revolução Francesa era pelo canal das instituições prestigiosas de Paris e das modestas academias do interior que se espalhava por todo o corpo social um ideal de serviço cívico, nós podemos dizer – guardadas as proporções – que a ABL, enquanto agente da construção da nacionalidade e de transmissão de uma certa concepção da cultura brasileira, contribuiu a difundir uma concepção de vida fundada na aceitação da ordem estabelecida como única solução viável para o país, sobre a integração social e sobre o apagamento dos conflitos. A ABL se aproximou do regime pois via nos militares e em seu regime os únicos a poderem proteger essa concepção da cultura e esse modelo de integração social. Dito de outra forma, podemos afirmar que a

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.

instituição criada por Machado de Assis estava plenamente de acordo com a ideologia do Estado ditatorial. Como outras instâncias, ela foi uma garantia contra a hostilidade ou a resistência de outros setores e outras instituições. Para retomar as palavras de Roche, a ABL foi o “coroamento cultural” de uma ordem política.

## 2. Os guardiães da memória

A ABL participa diretamente, através de seus membros, da vida política oficial. Mas “intramuros”, ela opera de outra forma. Como a Academia Francesa, a Casa de Machado de Assis é um dos símbolos da continuidade nacional para além dos regimes e mudanças políticas, exercendo um papel – menos importante hoje do que no século passado – na perpetuação da “consciência nacional”. Além disso, trata-se de um lugar de consagração das elites que, apesar de uma aparente diversidade, possui um perfil social relativamente homogêneo. Representante da cultura oficial, a instituição difunde o seu discurso, conservador, como um discurso neutro e apolítico. A ABL não deixa de ser, nesse sentido, um dos instrumentos das elites conservadoras que, apesar de sua forma despolitizada, é antes de mais nada política<sup>6</sup>. Um outro aspecto é aqui crucial: as sociabilidades entre os acadêmicos e os militares próximos ao regime tiveram um papel mais importante do que discursos ou intervenções no debate público. Dito de outra maneira, a presença de altos dignitários nas comemorações ou cerimônias de posse, incluindo a do Presidente da República, tinha, do nosso ponto de vista, um impacto mais importante que um elogio formal ou um artigo de apoio em algum jornal. Para citar apenas um exemplo, a presença de Castelo Branco nas comemorações do centenário do poeta Olavo Bilac, em 1965, ou a de Médici e de uma parte importante do seu governo na cerimônia de posse de Lyra Tavares tiveram uma ampla difusão nos jornais. Elas certamente tiveram mais repercussão, como legitimadoras do regime, do que um artigo de apoio “convencional”.

Se as cerimônias de posse representam um evento acadêmico de grande visibilidade, outras práticas, menos conhecidas do público, também têm uma grande importância do ponto de vista simbólico. Trata-se da construção e da veneração de uma memória que se pretende “oficial” através de frequentes homenagens que os acadêmicos faziam a certas personalidades. A Casa de Machado de Assis recorreu à vários instrumentos para contribuir com a construção de uma tradição literária nacional: conferências sobre a “cultura brasileira”, publicações de obras sem interesse comercial julgadas fundamentais para a cultura do país, instituição de prêmios literários (Costa e Silva, 1999, p. 183-

---

<sup>6</sup> As análises de Gisèle Sapiro (1999) sobre a Academia Francesa durante o regime de Vichy foram de grande utilidade para pensarmos a sua homóloga brasileira no contexto autoritário dos anos 1960 e 1970. Ver página 250 e seguintes.



184). Mas, para além dessa constatação, acreditamos que os acadêmicos dos anos 1960 e 1970 se esforçavam também no sentido de atribuir seus próprios valores às personalidades que eles haviam escolhido para figurar em uma espécie de “Galeria de Heróis da Nação”. Eles também se esforçaram em destacar os combates das personalidades homenageadas em seu tempo e que os acadêmicos entendiam ainda ser atuais nos anos 1960 e 1970, fossem combates em torno da cultura, do patriotismo, do liberalismo, etc.

As homenagens são certamente a prática acadêmica mais recorrente. Às vezes, elas não estavam previstas nem eram preparadas com antecedência, sendo improvisadas nas sessões ordinárias. Toda semana, um certo número de personalidades podia ser homenageado, de um “confrade” que voltava de uma missão diplomática até o patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva. A auto-veneração, como notou Madalena Diégues Quintella (Quintella, 1984, p. 132), era um dos mecanismos de legitimação do grupo enquanto elite cultural – ou, se se prefere, um meio de reforçar sua legitimidade enquanto elite. Quando essa veneração era dirigida a pessoas que não faziam parte do grupo, ela adquiria a forma de uma projeção, ou seja, os acadêmicos projetavam nesses indivíduos qualidades e características que eles acreditavam serem as suas próprias. Sem contar todos aqueles que ocuparam uma cadeira na ABL desde a sua fundação, a lista das personalidades homenageadas é interminável e uma parte delas é formada por escritores, jornalistas, diplomatas e membros da Igreja Católica pouco conhecidos. Nesse artigo, fizemos uma seleção de alguns homenageados para tornar a análise operacional. A partir desses exemplos, pretendemos abordar com mais profundidade esse papel de guardião de uma memória oficial e de uma cultura brasileira pretensamente “autêntica”.

### *José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”*

A imagem de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) começou a ser trabalhada quando ele era ainda vivo. Após uma vida dedicada à ciência – ele passou vários anos estudando história natural, mineralogia e química em vários países europeus, onde ele travou contato com Alexandre de Humboldt e foi aluno de Kant – e ao serviço do rei de Portugal, José Bonifácio voltou para o Brasil em 1819, aos 59 anos. Predestinado a terminar a sua vida aproveitando sua aposentadoria, ele acordou para a política com a Revolução do Porto em 1820, tornou-se vice-presidente da junta de governo da província de São Paulo e principal ministro de D. Pedro I. Como afirmou Armelle Enders, a entrada precoce de José Bonifácio no panteão nacional não era “natural” na medida em que ele demorou a aderir à causa da Independência (Enders, 2011, p. 62). Ainda segundo as palavras de Enders, a estátua de José Bonifácio teve a solidez e a constância de

ferro desde 1822 (*ibidem*). Em junho de 1963, menos de um ano antes do golpe de Estado de 1964, Austregésilo de Athayde lhe homenageou por ocasião do bicentenário do seu nascimento. Esse evento não ocorreu na ABL e chama atenção o fato de que a Casa de Machado de Assis não tenha organizado em sua sede uma comemoração própria. Entretanto, o discurso de Athayde, lido no pé da estátua do “Patriarca da Independência” situada no Largo do São Francisco, no centro do Rio de Janeiro, foi inteiramente publicado na Revista da ABL.

Trata-se de um texto longo se o comparamos com outros publicados na Revista. Em mais de vinte páginas, Austregésilo de Athayde retraça a trajetória de José Bonifácio, da sua infância ao ostracismo que ele sofreu no final da sua vida. Sua longa estadia na Europa é descrita de forma detalhada, assim como o seu papel na Independência do país. O que nos interessa, contudo, é a maneira em que Athayde atribui a José Bonifácio algumas características como, por exemplo, a inteligência, que teria sido decisiva para a Independência brasileira, diferente da que ocorreu nos outros países latino-americanos. O presidente da ABL destacou também em sua homenagem que José Bonifácio conseguiu levar o processo de forma gradual, sem violência, concretizando seu principal objetivo que era a unidade nacional. Para o Patriarca da Independência, prossegue Athayde, a preservação da unidade era o mais importante e estava consciente dos riscos de romper com a tradição. Para Bonifácio, era necessário dar continuidade à antiga sociedade. Ele era “franco e leal e a demolição sistemática jamais seduziu o seu espírito; um espírito maduro aos ideias de reforma, sem corte na continuidade dos elos com o passado” (Revista da ABL, 1963, p. 61). Pensamos que essas palavras, no contexto do início dos anos 1960, não foram pronunciadas de maneira anódina. Unidade do país, não-violência, reformas graduais sem romper com a tradição eram alguns argumentos que os intelectuais conservadores usavam em seu combate “contra o marxismo e o comunismo”, como podemos constatar em outras fontes fazendo referência ao contexto político do início dos anos 1960. Austregésilo de Athayde concluiu seu discurso afirmando que José Bonifácio era o símbolo da unidade, da tolerância, dos nobres e permanentes ideais do grande povo.

### *Dom Pedro II, o pai da cultura brasileira*

José Bonifácio foi o tutor de D. Pedro II, que foi homenageado pela ABL no dia 11 de dezembro de 1975, por ocasião do sesquicentenário do seu nascimento. Austregésilo de Athayde abriu a sessão afirmando que durante todo o seu reino, o Imperador promovera a cultura. A ABL, cuja finalidade era promover a cultura, tinha, portanto, o dever de homenageá-lo. O orador dessa sessão, o historiador Pedro Calmon, passou em revista de forma circunstanciada as principais paixões intelectuais do imperador – como o estudo de línguas antigas e o financiamento de publicações de obras que lhe interessavam – bem como suas realizações

institucionais – como o seu apoio à fundação do IHGB. Segundo Pedro Calmon, ainda em 1887 quando o imperador estava em convalescência, continuava a solicitar que escritores lhe visitassem (Revista da ABL, 1975, p. 237).

D. Pedro II não pôde criar a ABL em 1896. Contudo, segundo Calmon, esta teve “o prestígio e a energia das [academias] precedentes, esboçadas no reino fecundo de D. Pedro II” (Revista da ABL, 1975, p. 241). Se nenhuma referência ao imperador pôde ser feita no momento da fundação da Casa de Machado de Assis para não incomodar os responsáveis do regime republicano, o historiador encontrou uma forma de colocar a instituição numa espécie de filiação do imperador: depois de ter citado mais uma vez a oposição constantemente lembrada pelos “imortais” entre um “lado de fora” da Academia – o mundo do conflito e da política – e o seu interior – o da harmonia e da união –, ele diz:

Dom Pedro II não figura entre os patronos, que lhe frequentaram a ‘palestra’. Mas flutua no ambiente jovial, está na consciência dos democratas que requerem a tolerância e dos modernos que prometem reforma, convive no seio da instituição que se prolonga dos seus ideais de união [...] veria a Casa que não criou como a última de suas emanações, coerente com sua presença obrigatória nas conferências da Glória e o seu conselho sisudo nas conversas de São Cristóvão, consolado pela independência dos que chegaram depois, informados pela experiência dos que vinham de ontem; estes que fora seus súditos e tratou como seus confrades; a fina flor da cultura nacional (*ibidem*).

O historiador acadêmico que pronunciou o discurso, ele mesmo autor de uma monumental biografia do imperador em cinco volumes, concluiu sua homenagem dizendo que, embora o imperador não figurasse nos quadros ou estátuas do Petit Trianon, a história dessa instituição não poderia ser escrita sem D. Pedro II. “Durante cinquenta anos ele ensinou ao Brasil a honrar sua cultura. Ele desejou-a, idealizou-a e promoveu-a durante meio século de governo inteligente” (*ibidem*).

Vários outros “imortais” falaram em seguida. Deolindo Couto insistiu no apoio do imperador às empreitadas científicas e culturais, lembrando a importância da Academia Nacional de Medicina, cuja existência muito devia a D. Pedro II. Josué Montello e Odylo Costa, filho falaram em seguida, mas unicamente para homenagear seu colega Calmon, elogiando a biografia que ele escreveu a respeito do imperador e sobre a qual Josué Montello afirmou: “se dom Pedro II pudesse ler sua própria biografia [escrita por Calmon], ele não conheceria tantos acontecimentos da sua própria vida (Revista da ABL, 1975, p. 243). Ele lembrou na ocasião que Calmon, apesar de doente, conseguiu organizar as comemorações promovidas pelos militares por ocasião do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Por essa razão, Josué Montello pedia ao presidente que a homenagem fosse estendida ao seu “confrade” Calmon. Esse é apenas um exemplo entre outros que

confirma as observações de Quintella sobre a auto-veneração enquanto mecanismo de autolegitimação dessa elite cultural (Quintella, 1984, p. 132). Assim, a homenagem que devia ser feita ao imperador D. Pedro II se estendia aos próprios “imortais”, reforçando sua função: é graças a eles, aos seus escritos, que os heróis nacionais adquirem a sua estatura e são preservados do esquecimento; eles são os guardiães desse patrimônio histórico e cultural que está na base da Nação. Dois outros acadêmicos “imortais” ainda falaram, Osvaldo Orico e Américo Jacobina Lacombe. Cada um destacou o papel de D. Pedro II na promoção da cultura nacional, a filiação “simbólica” da ABL à sua figura e enaltecera igualmente os trabalhos de Pedro Calmon.

### *Em torno do mito Rui Barbosa: a “fronda” de Raimundo Magalhães Júnior*

Rui Barbosa é certamente um dos homens mais célebres para a geração de intelectuais conservadores que integram a ABL nos anos 1960 e 1970. Intelectual, jurista, jornalista, diplomata, filólogo, tradutor, orador, ele foi também um ator central da vida política brasileira desde o final do Império até seu falecimento em 1923. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1870, ele começou a trabalhar como advogado e jornalista no Diário da Bahia. Federalista, abolicionista, arauto do liberalismo, ele iniciou em seguida uma carreira política, ocupando vários cargos de grande responsabilidade com exceção da presidência da República, que ele tentou quatro vezes. Ele foi ministro de Estado, senador a partir de 1895 (reeleito até o seu falecimento) e presidente da delegação brasileira na IIª Conferência de Paz de Haia (1907). Segundo seus biógrafos, ele teria exercido um papel essencial na defesa do princípio de igualdade jurídica entre nações soberanas. Essa participação foi decisiva na construção do “mito Rui Barbosa” e lhe valeu o apelido de “Águia de Haia”. Sua celebridade fez com que ele figurasse entre os membros fundadores da ABL e ele ocupou, a pedido dos seus “confrades”, a presidência da instituição entre a morte de Machado de Assis, em 1908, e sua ruptura com ela, em 1919. As gerações seguintes de acadêmicos o erigiram em homem público de reputação ilibada, patriota, construtor da democracia e pai do liberalismo brasileiro em uma época em que essas duas noções, a democracia e o liberalismo, estavam desacreditadas. Em poucas palavras, Rui Barbosa foi um símbolo cuja a herança a direita intelectual brasileira podia reivindicar pois, segundo alguns setores da intelectualidade, a ditadura estaria “salvando” a democracia liberal.

O que nos interessa nas celebrações em torno de Rui Barbosa durante a ditadura é menos a repetição de elogios acerca da sua cultura, do seu patriotismo, da sua decência e honestidade, do que uma polêmica que ocorreu no momento da publicação, em 1964, da obra do acadêmico Raimundo Magalhães Jr. intitulada *Rui – o homem e o mito*. O autor, um homem de esquerda, pretendia desconstruir o

“mito Rui Barbosa” evocando aspectos obscuros da vida do grande jurista como, por exemplo, seus pedidos para favorecer um sobrinho que lutava por um cargo público, ou sua participação como sócio em uma empresa de jogos de azar. Na sessão da ABL do dia 21 de janeiro de 1965 ocorreu um debate interessante por mais de um motivo. Inicialmente, porque trata-se do único debate digno desse nome que encontramos nas páginas da *Revista da ABL* durante a ditadura militar. Em seguida, porque ele mostra a violência dos acadêmicos contra aqueles que se arriscavam a demolir os mitos erigidos pelas elites culturais conservadoras, mesmo que essa tentativa viesse de um “confrade”.

Temos poucas informações sobre o itinerário de Raimundo Magalhães Jr. Além do pequeno verbete biográfico presente no site da ABL, não foi escrita nenhuma biografia sobre ele ou estudos especializados. Nascido no Ceará em 1907, ele se mudou em 1924 para Campos, no Rio de Janeiro, onde iniciou uma carreira de jornalista. Em 1930 ele se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro e continuou a trabalhar para a imprensa, atividade que garantia sua renda, e começou a participar de atividades teatrais. Ele foi um dos fundadores do *Diário de Notícias* e redator de *A Noite*. Ele colaborou também com publicações de cunho socialista, de circulação limitada, como *A Batalha* e *A Esquerda*. Ele escreveu várias peças de teatro ao longo da década de 1930 antes de ir para os Estados Unidos em 1942, fugindo da ditadura varguista. Magalhães Jr. permaneceu nesse país até 1945, três anos ao longo dos quais ele continuou a colaborar com a imprensa nacional e internacional, escrevendo, entre outros, para o *New York Times* e traduzindo filmes e peças de teatro. Ele fez uma passagem modesta pela política elegendo-se duas vezes vereador pelo PSB, em 1951 e 1955, continuou seu trabalho na imprensa e ampliou suas atividades engajando-se na luta pela defesa dos direitos autorais. Com esse objetivo, ele criou uma organização a fim de reunir tradutores, a Associação Brasileira dos Tradutores, por ele presidida a partir de 1974, escreveu novelas para o rádio e participou da implantação da televisão no Brasil.

Apesar da *Revista da ABL* não deixar explícito, tudo indica que a sessão do dia 21 de janeiro de 1965 foi consagrada ao seu livro sobre Rui Barbosa. O primeiro a falar foi Osvaldo Orico, que criticou-o com grande violência, rompendo com os habituais e monótonos elogios que os “confrades” faziam uns aos outros. Orico nem chega a pronunciar o nome de Magalhães Júnior, se referindo a ele como “o biógrafo *noir*” de Rui Barbosa ou “o panfletário socialista”. Para Orico, o objetivo do colega teria sido fazer um best-seller denigrando outra pessoa pois, “quem poderia difamar aquele que sempre combateu em favor das ideias liberais, que se engajou em campanhas cívicas, o mais fascinante e aparentemente o mais audacioso reformador dos costumes políticos do seu tempo?” (*Revista da ABL*, 1965, p. 5). Entretanto, o “biógrafo *noir*” não se dava conta, ao escrever esse livro,

“que destruir a figura de Rui Barbosa equivalia a destruir os grãos da liberdade” (*ibidem*).

Osvaldo Orico se propôs em seguida a contestar, ponto por ponto, as partes mais polêmicas do livro de Magalhães Júnior que difamava o “Santo da Pátria” e tentava “varrê-lo do altar onde gerações sucessivas o conservavam” (Revista da ABL, 1965, p. 6). O argumento principal de Orico era que a “difamação de Rui Barbosa” era ideológica: o autor se dava ao direito de “investir contra a memória de um dos fundadores da ABL utilizando os recursos da dialética marxista” (Revista da ABL, 1965, p. 7). Após ter contestado certas partes da obra, particularmente aquelas sobre a conduta pessoal de Rui Barbosa, Orico acusou Magalhães Júnior de ter escrito um panfleto “antipatriótico” para atrair a atenção do público e atingir um grande número de vendas “em detrimento do patrimônio cívico do país, dos princípios de igualdade e de liberdade humanas que fazem de Rui Barbosa um herói nacional” (Revista da ABL, 1965, p. 8). Em seguida, ele continua seus ataques contra a obra sob a única perspectiva da oposição e do confronto direita-esquerda ou, mais ainda, do patriotismo de um lado contra o marxismo de outro. Para Orico, a prova da “injustiça do livro, da sua intolerância, do seu antipatriotismo e da sua subversão da história” é que “o panfletário socialista” não mencionava uma das principais realizações de Rui Barbosa, sua participação na Conferência Internacional de Haia (Revista da ABL, 1965, p. 9). Finalmente, Orico pretendia mostrar a má-fé e a parcialidade de Magalhães Júnior se fundando no último capítulo da obra, onde Rui Barbosa é descrito como um reacionário que teria ignorado as massas trabalhadoras quando a verdadeira questão social da sua época fora a abolição da escravidão (Revista da ABL, 1965, p. 10).

O autor do livro tomou a palavra e disse, já no início da sua fala, que ele não aceitava “a chantagem do patriotismo”. Ele reivindicava para si a qualidade de ser um indivíduo “de mentalidade independente que não aceitava nenhum limite a sua própria reflexão”. Ele disse ainda que se sentia livre para examinar qualquer figura nacional, que fizesse ou não parte da ABL. Ele mantinha cada afirmação do seu livro e se dizia vítima de perseguição:

Agora eu gostaria de perguntar: por que no momento em que há um terror cultural, se eu falo e discuto a figura de Rui, imediatamente alguém me indica à Polícia na coluna d’*O Globo*, dizendo que eu considero Rui um conservador pelo fato de não ter ele tomado conhecimento de Marx e Engels; citam isso para ver se chamam a atenção do DOPS para minha pessoa? Escrevi e sustento, pois o fiz conscientemente, que Rui não tomou conhecimento dos ideais de Augusto Comte, do socialismo inglês e de Marx e Engels nem mesmo para combatê-los. Com isso quero dizer que ele foi um homem que deixou passar o acontecimento mais importante do século passado em brancas nuvens, e por isso ninguém

poderá afirmar que estou fazendo apologia do comunismo. Não é nada disso. Eu não aceito a solução comunista. Sou um socialista, mas não posso deixar de considerar que o marxismo foi o que de mais importante aconteceu no século XIX (Revista da ABL, 1965, p. 12).

Magalhães Júnior retomou em seguida os pontos da sua obra atacados por Orico, que contara, nesse ataque, com a colaboração daquele que era naquele momento o Ministro Chefe da Casa Civil de Castelo Branco, Luís Viana Filho, ele também autor de uma biografia de Rui Barbosa. A leitura da Revista parece indicar – embora não esteja claro – que após ter defendido seu livro, Magalhães Júnior se retirou da sessão. De forma menos agressiva e mais cordial, Pedro Calmon pediu a palavra para falar dos seus pontos de desacordo com *Rui – o homem e o mito*.

Não é o caso de analisar aqui os pontos polêmicos dessa obra nem de nos lançarmos numa análise afim de decidir que biografia de Rui Barbosa mais se aproxima da “verdade”. A “Águia de Haia” não é nosso tema. O que esse debate na ABL nos mostra é a importância dos símbolos para essa elite cultural e como ela se investia – com violência se necessário – do papel de preservar aquilo que devia, segundo ela, ser a “memória correta” dos grandes homens. Destruir essa memória, destruir os heróis da Nação, teria sido, para esses acadêmicos, renegar a própria História, um ato de “subversão” e de “antipatriotismo” vindo de um “panfletário marxista”.

### *Juarez Távora, o “Vice-Rei do Norte”*

Entre os políticos contemporâneos dos acadêmicos que analisamos, Juarez Távora foi uma das principais personalidades da direita brasileira que os membros da ABL exaltaram em uma sessão dedicada à sua memória. Ela ocorreu uma semana após o seu falecimento, no dia 24 de julho de 1975, e contou com a participação da sua viúva. Nascido no Ceará em 1898, Juarez Távora participou de quase todos os levantes militares do século XX. Em 1924 ele se engajou na revolta contra a presidência de Arthur Bernardes e em seguida integrou a legendária Coluna Prestes, antes de ser preso em 1925. Ele fugiu em 1927 e se exilou em Montevideú, de onde participou do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. Após uma passagem rápida pelo Ministério dos Transportes, ele foi nomeado Ministro da Agricultura. Távora se afastou de Vargas após o golpe de Estado de 1937 e retomou sua carreira militar. Após a redemocratização, ele se engajou na União Democrática Nacional (UDN) e se aproximou dos núcleos militares antinacionalistas. Em 1955, ele foi o candidato do partido nas eleições presidenciais, mas foi derrotado por Juscelino Kubitschek. Permaneceu ativo na vida política – foi eleito deputado federal em 1962 – mas manteve uma promessa que fizera no momento do suicídio de Vargas de nunca mais “tentar corrigir à

força a omissão dos responsáveis políticos” (DHBB). Portanto, ele não participou diretamente do golpe de Estado de 1964, mas, no dia seguinte à vitória dos militares, fez um discurso no Congresso Nacional “elogiando a iniciativa do conjunto das Forças Armadas de restaurar a paz social sem violência e de garantir a manutenção dos princípios democráticos e cristãos” (*ibidem*). Ele foi nomeado Ministro dos Transportes, cargo que exerceu até o final do governo Castelo Branco (1964-1967). Foi a última responsabilidade política que assumiu. Depois disso, se retirou da vida pública.

Vários “imortais” falaram na sessão consagrada à sua memória. Como em outras homenagens, eles destacavam traços da personalidade do homenageado em detrimento de seus combates e engajamentos políticos. Austregésilo de Athayde abriu a sessão dizendo que vários acadêmicos iriam homenagear Juarez Távora, “amigos que o haviam conhecido e conheciam seu valor intelectual, seu patriotismo [...], a pureza do seu sangue, sua magnanimidade, a bondade de um homem que muitos dos seus contemporâneos diziam ser um santo do nosso tempo, pois não havia maldade no coração de Juarez Távora” (Revista da ABL, 1975, p. 23). O presidente da ABL completou sua fala dizendo que “até o último momento Juarez esteve presente como comandante, conselheiro, sobretudo como exemplo da dignidade que o homem deve ter no exercício do poder, fiel aos seus ideais democráticos, aos seus princípios sagrados de amor da liberdade e dos direitos do homem” (Revista da ABL, 1975, p. 24).

Outros acadêmicos falaram em seguida, como Oswaldo Orico e Lyra Tavares. Este último lembrou sua amizade com Távora que datava de suas juventudes nas Forças Armadas. Luís Viana Filho, então senador pela ARENA, que dizia ter visto Juarez Távora pela primeira vez na Bahia após a Revolução de 1930, fez o mesmo. Era “o grande ídolo do povo, um exemplo de patriotismo, de coragem e de dignidade [...], um homem pleno de virtudes cívicas, que foram as marcas da personalidade incomparável de Juarez Távora” (Revista da ABL, 1975, p. 32). Finalmente, o acadêmico Odylo Costa, filho afirmou que ele guardava na memória reminiscências de Távora e passou em revista, em sua homenagem, alguns momentos de sua trajetória política, de 1922 a 1964, “quando ele lutou para restaurar as instituições deterioradas até a base” (Revista da ABL, 1975, p. 34).

### *Que fazer com Vargas e a Revolução de 1930 sob a ditadura?*

A memória de Getúlio Vargas, no âmbito da ABL das décadas de 1960 e 1970, é problemática por várias razões. Por um lado, a ditadura militar, a qual alguns acadêmicos eram ligados ou apoiavam, erigira o “varguismo” no mal absoluto cuja herança deveria ser destruída. Por outro lado, vários “imortais” haviam iniciado sua colaboração com o Estado no pós-1930, quando o regime varguista os convidara para ocupar importantes cargos no aparelho do Estado. Além disso, o



próprio Vargas era um “imortal” e, portanto, a ABL não podia ignorá-lo completamente. Raramente a sua memória foi evocada. Algumas datas, normalmente muito comemoradas, passaram sob o silêncio quando se tratava de Vargas. Foi o caso, por exemplo, no vigésimo aniversário de sua eleição na ABL, no dia 7 de agosto de 1961, ou no vigésimo aniversário da sua cerimônia de posse, no dia 29 de dezembro de 1963. O décimo aniversário da sua morte, alguns meses após o golpe de 1964, precisamente no dia 24 de agosto de 1964, não foi digna de nenhuma menção. A primeira menção a Vargas encontrada nas fontes – o que poderíamos considerar um início da reabilitação da sua memória, ao menos nesse meio – ocorreu por ocasião do trigésimo aniversário da sua cerimônia de posse, no dia 4 de janeiro de 1973. No ano seguinte, Ivan Lins falou por ocasião do vigésimo aniversário do seu falecimento, no dia 29 de agosto de 1974. O movimento de 1930 foi rememorado bem mais tarde, no seu quinquagésimo aniversário, em 1980.

Foi Hermes Lima, um notável opositor do Estado Novo, que tomou a iniciativa de falar dele fazendo uma espécie de *mea culpa*. O acadêmico não questionava o fato de que antigo ditador “tenha amado” o governo pessoal e que, para atingir seu objetivo, tenha tirado vantagens de acontecimentos como a revolta comunista de 1935 e do “sujo Plano Cohen”. Contudo, “o que ele fez no plano da administração e mesmo politicamente foi melhor do que nós, seus opositores, julgávamos” (Revista da ABL, 1973, p. 6). Segundo Hermes Lima, no momento do seu segundo governo, Vargas voltara impregnado de um espírito de reformas sociais e foi tentando realizá-las que ele fora deposto. Embora Vargas tenha cometido erros, o jurista assinalava que a “revelação de que sua presença não foi unicamente negativa no governo do país” começava a surgir (*ibidem*).

Outros acadêmicos falaram, inclusive aqueles que fizeram oposição a Vargas, mas eles evocavam apenas lembranças pessoais. Pedro Calmon, Peregrino Júnior e Vianna Moog, por exemplo, mencionaram “sua amabilidade e sua cordialidade” e seu gosto pela literatura. O mesmo fez Francisco de Assis Barbosa, biógrafo de Lima Barreto, que lembrou do interesse do ex-chefe de Estado pela obra do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* – ao ponto de pedir para encontrar seus irmãos e irmã, uma reunião que, segundo Barbosa, aconteceu. Mas a fala mais inesperada foi a de Afonso Arinos de Melo Franco, um dos deputados da UDN mais agressivos com Vargas durante os anos 1950. Nessa sessão da ABL, ele disse ter se sentido “obrigado” a falar nessa discussão “provocada” por Hermes Lima, pois ele reconhecia ter sido o acadêmico que tomara parte da forma mais ativa nos “eventos” da crise política que levou à destituição de Vargas e ao seu suicídio. Mas ele refutou toda a responsabilidade nesse desfecho, mesmo tendo seu partido, a UDN, optado por uma oposição intransigente, que aprofundara a crise política. Em 1973, ele dizia a seus “confrades” que ele e seu partido não haviam provocado a “luta parlamentar” e que esta fora uma consequência de “acontecimentos

completamente acima de suas forças e fora de todo controle” (Revista da ABL, 1973, p. 10). Na véspera do suicídio de Vargas, ele teria dito a Gustavo Capanema que a situação estava totalmente nas mãos dos militares.

No ano seguinte Ivan Lins celebrou Getúlio Vargas sem ambiguidade. Ele passou em revista todas as realizações da sua administração em seus aspectos econômicos e sociais e evocou o “grande estadista”. Certamente ainda era uma memória delicada a ser evocada pois, de acordo com as fontes, ele foi o único a falar e terminou seu discurso afirmando que, esse dia, ele voltaria para casa “com a certeza de ter cumprido uma obrigação cívica ao evocar Getúlio Vargas por ocasião do vigésimo aniversário do seu falecimento” (Revista da ABL, 1974, p. 58). Ou seja, evocar sua memória era da ordem da obrigação que ele deveria cumprir independentemente do meio em que ele se encontrava ou da conjuntura política.

### 3. Patriotismo e civismo na ABL

Não foi apenas na elaboração de uma memória dos “grandes homens” que os ideais de civismo e de patriotismo eram enaltecidos no âmbito da ABL. Esses mesmos ideais, pilares dos ideólogos do regime militar, apareciam em outros textos, comemorações, conferências ou intervenções dos “imortais”.

#### *Olavo Bilac, o arauto do civismo brasileiro*

Não é por acaso que o poeta parnasiano Olavo Bilac é uma das personalidades – entre escritores e homens políticos – mais celebradas pela ditadura. No início do século XX, o poeta se engajou em campanhas patrióticas e “civilistas”. Autor de um “Hino a Bandeira”, foi a campanha que ele liderou pelo alistamento militar obrigatório que o tornou conhecido como um intelectual engajado. Ele também lutou pelo ensino obrigatório da língua portuguesa e por uma “educação cívica” a ser implementada nas escolas públicas de todo o país. Segundo Antonio Dimas (1996), todas as iniciativas de Bilac, republicano convencido, eram voltadas para um mesmo objetivo: criar uma “unidade cultural” para garantir a unidade do país sob um regime republicano. O grande medo do poeta, que era o mesmo de muitos intelectuais do início do século XX, era que o país fosse desmembrado em numerosas pequenas repúblicas com o fim do Império.

Todas as suas iniciativas, além do seu sucesso como poeta, fizeram de Olavo Bilac uma espécie de patrono das Forças Armadas brasileiras, quase no mesmo patamar do Duque de Caxias, herói da Guerra do Paraguai. As referências ao poeta na ABL são numerosas e vão de uma sessão ordinária – como uma carta lida por Menotti del Picchia (Revista da ABL, 1963, p. 41-42) – até grandes homenagens, passando por conferências, como uma pronunciada por Joaquim Veríssimo Serrão

e publicada na Revista da ABL (Revista da ABL, 1980). As homenagens que foram prestadas ao poeta por ocasião do centenário do seu nascimento, em 1965, ilustram sua importância como símbolo de civismo e de patriotismo para as Forças Armadas e para os setores mais conservadores da intelectualidade brasileira. As cerimônias ocorreram no Petit Trianon, como também em várias instituições militares. Como reportou o Jornal do Brasil (17/12/1965), durante a cerimônia, cujo orador oficial foi Guilherme de Almeida, “estavam presentes o presidente Castelo Branco, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o acadêmico Luís Viana Filho, militares das três armas e o representante do governador Negrão de Lima”. Ainda segundo o mesmo jornal, as cerimônias de homenagem começaram no Ministério da Guerra em presença de todo o Alto-Comando do Exército:

Na presença de mais ou menos trinta generais, o presidente do Superior Tribunal Militar, o almirante Borges Fortes, e de inúmeras personalidades civis e militares, o ministro Costa e Silva levantou a bandeira que cobria o busto de bronze de Olavo Bilac, oferecido pelo escultor Mandarino que exaltou a figura daquele que foi homenageado como ‘grande poeta, grande orador e raro exemplo humano pelo conjunto de seus dons e virtudes’ (*ibidem*).

Orlando Geisel, que em 1965 era o comandante da 1ª Região Militar no Rio de Janeiro e tornou-se posteriormente o poderoso Ministro da Guerra de Médici, pronunciou o seguinte discurso:

Se o Brasil ainda não é uma Pátria realizada, nós somos os responsáveis, tanto nós como nossos predecessores, porque nossa cegueira, nosso egoísmo, nossa vaidade e nossa política de paixões desenfreadas privaram uma grande parte do povo de abundância, de instrução, de higiene e de humanidade. No litoral, nós vivemos no divertimento e num espírito estéril feito de retórica e de orgulho e não nos endereçamos ao coração da terra, à alma das pessoas simples, aos milhões de homens que, nos sertões, estão entregues à pobreza e ao analfabetismo. O Brasil não sofre da falta de dinheiro, ele sofre sobretudo da falta de crença e de esperança [...] No dia em que celebramos o centenário do nascimento de Olavo Bilac, o exército não tem outra mensagem senão a convocação de todos os homens de boa vontade, de todos aqueles que aspiram ao bem comum, para além do ódio, do preconceito, do egoísmo da ambição e da intolerância, porque apenas o amor e o trabalho poderão construir a grandeza do Brasil e a felicidade de todos (*ibidem*).

No mesmo dia, o presidente da ABL Austregésilo de Athayde foi ao Passeio Público, no centro do Rio de Janeiro, em companhia de personalidades do regime como o ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, Moniz de Aragão, os marechais Inácio de Freitas Rolim e Floriano Peixoto Keller, de representantes do Clube

Militar, do Exército e do Distrito Naval, para homenagear o poeta, “figura maior da nossa escola parnasiana, cuja pureza da forma, o estilo correto e a perfeição dos versos o fizeram o melhor entre os melhores” (*ibidem*). No momento em que o poeta era homenageado, aviões da Aeronáutica fizeram uma demonstração e em torno de 500 reservistas prestaram juramento à bandeira nacional. Outras cerimônias em homenagem a Olavo Bilac ocorreram na Academia Militar das Agulhas Negras e em outras guarnições com a fixação de placas comemorativas (*ibidem*).

### *A simbologia do patriotismo*

Na Revista da ABL, além das homenagens, comemorações, relatos das visitas e a republicação de alguns artigos publicados originalmente em outros órgãos de imprensa, há uma sessão consagrada a “mensagens”, discursos ou conferências pronunciadas pelos acadêmicos. Eles podiam falar dos temas mais diversos, mas uma temática era particularmente presente: a exaltação do civismo e do patriotismo. Por razões de espaço, limitamos nossa análise a dois textos.

O primeiro é um discurso de Ivan Lins pronunciado na ABL após a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República (1974). Lins propunha contar a história da bandeira do Brasil. No início da sua fala, ele chamou a atenção para o poder que os símbolos exercem sobre os “filhos da Pátria”, a exemplo da bandeira e do hino nacional. Ele remonta então até o primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Souza, que no momento da fundação da cidade de Salvador em 1549 concebera uma primeira bandeira. Ela já tinha algumas semelhanças com aquela que iria se tornar a bandeira definitiva do Brasil, como as cores verde e amarelo. No momento da Independência, José Bonifácio Andrada e Silva propôs uma nova bandeira, próxima daquela do período colonial, mas com as armas dos Bragança no centro. No momento da proclamação da República, em 1889, tentou-se transformar a bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão em bandeira nacional. Mas, segundo Ivan Lins, ela era apenas uma cópia da bandeira dos Estados Unidos, sem nenhuma relação com a colônia e o Império, que “havam feito parte da nossa formação histórica” (Revista da ABL, 1974, p. 170).

Foi Teixeira Mendes que se encarregou de desenhar a versão definitiva da bandeira nacional. Segundo Ivan Lins,

Foi esse homem, ‘dotado das mais eminentes qualidades de espírito e coração, havendo consagrado a vida inteira ao culto da humanidade e à pregação da mais ampla fraternidade entre os homens’, como frisou o Vigário da Igreja de São Paulo Apóstolo de Copacabana quem, sentindo não dever ‘uma pátria mudar de bandeira, como cada um de nós muda de camisa’, se preocupou em dotar o novo regime político do Brasil de um pavilhão que mantivesse a nossa continuidade

histórica, guardando, dos anteriores, o que estes apresentavam de mais característico e essencial (Revista da ABL, 1974, p. 172).

A bandeira foi concebida de maneira a rememorar “nossa terra e nosso céu, as conquistas dos nossos pais e nossas aspirações, ligando o passado e o presente ao futuro e tornando-se, assim, um símbolo de continuidade e solidariedade. Segundo Lins, a combinação da bandeira do “Brasil colonial” com a do Império, foi feliz e representa um “quadro” delicado destinado a cultivar o civismo de todos os brasileiros (Revista da ABL, 1974, p. 174).

O segundo texto é uma exortação do presidente da ABL aos jovens para que eles fizessem o serviço militar. No dia 5 de setembro de 1980, portanto no final da ditadura, o comandante Júlio César Ferreira Reis leu no Salão Nobre da ABL um mensagem de Austregésilo de Athayde. A Revista da ABL o publicou sob o título de “Mensagem e exortação ao jovem que se alistará no exército – Honra e Glória do serviço militar”. Apesar de a cerimônia ter ocorrido na ABL, a forma da “mensagem” deixa supor que ela era endereçada a jovens recrutas. Austregésilo de Athayde evoca, logo no início, a figura de Olavo Bilac, afirmando que a única vez em que ele o viu foi quando chegava pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1918. “Face ao grande ídolo”, o jovem emigrado chegando na capital do país tivera a chance, segundo suas palavras, “de sentir a força mágica da sua presença” (Revista da ABL, 1980, p. 54). Pouco tempo depois ele iria para o enterro do poeta.

Athayde citou esse encontro fortuito para dizer que no momento em que ele hesitava entre servir nas Forças Armadas do seu país ou continuar a carreira de jornalista que ele acabara de iniciar, ele teria se lembrado das palavras que o célebre poeta teria pronunciado no momento de suas campanhas civilistas: “A Pátria é a extensão da casa e da família; quando a soberania, a liberdade do povo e o bem-estar e a dignidade da Nação estão em perigo, aquele que foge à chamada é um covarde”. Austregésilo de Athayde associa, em vários momentos, a virilidade àqueles que se engajam nas fileiras das Forças Armadas, e a covardia àqueles que desertam por “pusilanimidade”:

Ao prestar o seu juramento à Bandeira, há de sentir-se integrado numa comunhão dotada de maiores responsabilidades. E isso haverá de encher o seu peito de legítimo orgulho. Sendo soldado, é também um homem na mais nobre expressão da sua virilidade. O Sargento, o Tenente, o Capitão, o Major, o Coronel e o General são seus pares, cada um no âmbito do papel que exerce na organização das Forças Armadas. Mas na hora dos serviços extremos há entre todos os nivelamentos da igualdade dos destinos. Fugir a esse serviço é uma deserção às vezes ignominiosa e vexatória pusilanimidade dos indignos de confiança da família, da sociedade e da Pátria (Revista da ABL, 1980, p. 59).

Ele passou então em revista o que ele considera ser os “momentos de glória” da história brasileira, atravessados por “grandes homens”: Guararapes, Inconfidência, conspirações emancipadoras, no “espírito das lutas dos homens que prepararam a Independência”. Lutas que “incorporaram o Brasil à comunidade livre, nas revoltas libertárias e nacionalistas, nas revoluções das três primeiras décadas do Segundo Império”. E ele completa:

Eles [os grandes homens] estiveram entre os soldados de Caxias para sustentar a unidade nacional, viveram a prudência e a sábia serenidade de Pedro II, e assim foram preparando o povo brasileiro para a consolidação da sua pátria entre as turbulências deste subcontinente, abrindo caminho à igualdade das raças pelo Abolicionismo e, por fim, implantando a República como forma final das suas aspirações democráticas (Revista da ABL, 1980, p 57).

Esse trecho ilustra o modelo de narrativa característicos dos grandes homens que desde as origens “lutaram para construir a Nação” até a sua concreção sob a forma de uma república democrática “sem discriminação racial”. Os jovens recrutas se inscreviam assim em uma longa filiação da defesa, ao longo da história, de milhões de homens e do patrimônio da Pátria. Convém destacar que ao falar de defesa do patrimônio, Austregésilo de Athayde, sem nomear, evoca o que poderíamos designar como o patrimônio imaterial. E, nesse sentido, o trabalho do soldado complementaria o do “imortal” da ABL. Athayde afirma em sua mensagem que muitas coisas haviam mudado desde a época em que ele, Austregésilo de Athayde, fez seu serviço militar. Entretanto, outras coisas não haviam mudado, mas, ao contrário, haviam se tornado mais vivas, a saber

[...] o nobre impulso do coração dos jovens, ao aceitarem o desafio do destino, na defesa de ideais que não podemos abandonar nunca, como são o da unidade do Brasil, da sua independência, do imenso patrimônio material e moral que nos foi legado por nossos maiores e que não pode ficar à mercê da cobiça de tantos que não veem com bons olhos a nossa marcha constante e destemerosa [sic] para a realização de um destino histórico indeclinável, afiançando na energia e na coragem das novas gerações. Se falharmos hoje, é um imenso passado de glórias que ameaça cair em mãos alheias, riquezas imensuráveis, uma maravilhosa herança cultural que sem braços e ânimos fortes para preservá-los irão perder-se talvez para sempre (Revista da ABL, 1980, p. 56).

Ele concluiu sua mensagem exortando os jovens a responder ao seu chamado e servirem nas Forças Armadas como um “sacerdote cívico” e ver nelas “o limiar de sua futura vida pública, assegurada pela solidariedade do caráter, o amor da liberdade e o espírito de fraternidade nacional que jamais faltou como a maior garantia de sobrevivência, do progresso e da grandeza do povo brasileiro”

(Revista da ABL, 1980, p. 59).

O comandante Júlio César Ferreira da Silva falou em seguida. Em um discurso muito mais curto do que o de Athayde, ele agradeceu calorosamente este último e a maior parte da sua fala foram elogios ao presidente da ABL. Tratava-se, segundo o comandante, de “um dos escritores mais objetivos e claros da atualidade brasileira”. É importante citar um parágrafo no qual, como fez Athayde, ele relacionou os respectivos papéis das Forças Armadas e da ABL na construção da Nação:

Já em seu berço, marcada pela nacionalidade, fulgurava pujante a inteligência pátria, irmanando brasileiros de todos os rincões, na missão sublime de zelar pelo idioma e difundi-lo. Fato marcante é que a verdadeira difusão de uma língua não se calcula pelo número de pessoas que a falam, bem ou mal, mas sim pela quantidade das inteligências cultas que a empregam, pela soma dos homens conscientes que a leem e escrevem. Estamos aqui diante dos defensores do nosso idioma e defender a língua nacional é pugnar pelos valores morais e espirituais do país. Inclui-se neste contexto a mensagem que ora lançamos, elaborada pelo nosso imortal – Presidente deste Templo de saber – Austregésilo de Athayde (Revista da ABL, 1980, p. 60).

Em suas respectivas mensagens, o presidente da ABL e o comandante das Forças Armadas mencionaram cada um o papel da outra instituição na construção da nacionalidade e na preservação do patrimônio nacional. Enquanto o primeiro evocava a necessidade de homens “corajosos e viris” para a tarefa, o comandante das Forças Armadas evocava o papel dos “imortais” como defensores dos valores morais e espirituais do país. Essas intervenções trazem uma mensagem comum, segundo a qual essas duas instituições trabalhavam de forma complementar.

### **Considerações finais**

A separação desejada por Machado de Assis no momento de fundação da ABL, que deveria ser uma “torre de marfim” em oposição a um “lado de fora”, este sim lugar do engajamento político, é real. Contudo, isso não implica uma instituição “apolítica”, como desejava seu fundador, mas que nela a política operava de forma menos “convencional”: pelo recrutamento de seus membros, pelos valores transmitidos e através das sociabilidades entre acadêmicos e elites políticas.

Um olhar na trajetória das personalidades eleitas entre 1964 e 1979 mostra que não houve mudanças no padrão de recrutamento dos novos membros: estes eram escolhidos entre as elites culturais conservadoras. Nos anos 1960 e 1970, essas elites conservadoras eram próximas do regime militar. Assim, no momento das

visitas, homenagens, comemorações, cerimônias de posse ou mesmo nos votos de pesar, além da proximidade dos acadêmicos com a ditadura, amplamente divulgadas na imprensa, um conjunto de valores compartilhados entre elites políticas, militares e culturais eram enaltecidos e difundidos: o civismo, o patriotismo e o anticomunismo; a ideia da existência de uma “cultura autêntica” e de uma “identidade nacional” fundada em uma língua comum, o português, e a religião cristã; assim como mitos como a cordialidade, um traço que seria característico do povo brasileiro, ou a ausência de violência na história do país. A ABL era assim uma peça de uma “estrutura cultural conservadora” que promovia esses valores e pela qual estes circulavam. Os “heróis da Nação”, que fossem políticos ou escritores, eram a ela associados. A ABL, por meio de suas práticas, acabou por exercer um papel político na medida em que ela legitimava o regime, menos por tomadas de posição do que pela identificação deste último a uma instituição cultural respeitada e, por tabela, a uma memória, uma cultura e uma identidade “nacionais”.

## Bibliografia

### Fontes

JORNAL DO BRASIL, “Figueiredo preside inauguração do Centro Cultural do Brasil”, *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1979.

JORNAL DO BRASIL, “Presença de Guilherme foi sensação na homenagem da Academia a Olavo Bilac”, 17 de dezembro de 1965.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, nº 106, Julho-Dezembro de 1963.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, nº 125, Janeiro-Junho de 1973.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, nº 128, Julho-Dezembro de 1974.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, nº 129, Janeiro-Junho de 1975.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, nº 130, Julho-Dezembro de 1975.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, nº 140, Julho-Dezembro de 1980.

### Livros, monografias, artigos

DIMAS, Antonio. “Olavo Bilac e a unidade do Brasil republicano”, *Atas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Oxford, 1996. v. 2. p.



- 697-706. <http://sibila.com.br/mapa-da-lingua/olavo-bilac/2736> [Última consulta: 14/01/2014].
- COSTA E SILVA, Valéria Torres da. *Os segredos da imortalidade. Uma etnografia da Academia Brasileira de Letras*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 1999.
- CUNHA, Diogo. *L'Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire. Les intellectuels conservateurs entre culture et politique*. Limoges, Lambert-Lucas, 2017.
- ENDERS, Armelle. *Plutarque au Brésil. Passé, héros et politique (1822-1922)*. Paris, Les Indes Savantes, 2012.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- QUINTIELLA, Maria Madalena. "Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?" in MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984 (pp. 113-134).
- ROCHE, Daniel. *Les républicains des lettres. Gens de culture et Lumières au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris, Fayard, 1988.
- SAPIRO, Gisèle. *La guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris, Fayard, 1999.
- Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?*, p. 132.

## Websites

*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, verbete "Juarez do Nascimento Távora". <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. [Última consulta: 21/01/2014].

**Diogo Cunha** es licenciado en Historia por la Universidad Católica de Pernambuco (2004); Master em Historia por la Universidad Federal de Pernambuco (2007); Doctor en Historia por la Universidad Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (2014); Post-doctorando en Ciencia Política por la Universidad Federal de Pernambuco (desde 2015); Profesor de Teoría Política en el Departamento de Ciência Política de la Universidade Federal de Pernambuco; Profesor-Colaborador del Programa de Máster Profesional en Historia de la Universidade Católica de Pernambuco.

**Contacto:** d1cunha@gmail.com

**Recebido:** 05/03/2018

**Aceito:** 23/10/2018